



PARECER N.º 130/2025 – ASSESSORIA JURÍDICA – CMS

ASSUNTO: Consulta Jurídica

REFERÊNCIA: Projeto de Lei Ordinária Nº 3.585/2025

EMENTA: Projeto que tem como objetivo instituir, no âmbito do Município de Sarandi, o programa “Vidas Gerando Vidas”, com a finalidade de promover a conscientização e o incentivo à doação voluntária de órgãos, tecidos e medula óssea.

1. RELATÓRIO

Trata-se de solicitação de parecer jurídico acerca do Projeto de Lei Ordinária nº 3.585/2025, de autoria do Vereador Aparecido Bianco, que tem como objetivo instituir, no âmbito do Município de Sarandi, o programa “Vidas Gerando Vidas”, com a finalidade de promover a conscientização e o incentivo à doação voluntária de órgãos, tecidos e medula óssea.

Via Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Sarandi, os autos do processo em epígrafe vieram para análise e manifestação da Assessoria Jurídica.

É o breve relatório.

2. PRELIMINAR – Da Finalidade e Abrangência do Parecer Jurídico

A presente manifestação tem como escopo assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa e dos atos a serem praticados ou já efetivados. Ao que envolve o exame prévio e conclusivo dos atos apresentados. A Assessoria tem por função apontar possíveis riscos e o ponto de vista jurídico, além de recomendar providências para salvaguardar a autoridade assessorada, a quem compete avaliar a real dimensão do risco e a necessidade de se adotar ou não a precaução recomendada.

Neste aspecto salientamos que o exame dos autos processuais se restringe aos seus aspectos jurídicos, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica. Em relação a estes, parte-se da premissa de que a autoridade competente se municiou dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação quanto as necessidades da Administração Pública, observando os requisitos legalmente impostos.

Esclarecemos também que não é competência do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos



PARECER N.º 130/2025 – ASSESSORIA JURÍDICA – CMS

administrativos. Incumbe isto sim a cada um destes observar se os seus atos estão dentro de suas competências.

Por fim, impende esclarecer que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança e completude do ordenamento jurídico. Ficando a autoridade assessorada incumbida dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida por Lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações relacionadas à legalidade.

Feitas tais considerações, passa-se à análise do mérito.

3. DA ANÁLISE JURÍDICA

3.1. DA JUSTIFICATIVA

A justificativa em um projeto de lei é de extrema relevância, pois desempenha o papel de apresentar os fundamentos, razões e argumentos que embasam a proposição legislativa. Ela busca fornecer uma explicação clara e coerente sobre os motivos pelos quais o projeto de lei é necessário e como ele contribuirá para atingir seus objetivos.

Ademais, a justificativa traz **clareza e compreensão ao projeto**, explicando de forma detalhada o propósito da lei, os problemas que busca solucionar, as lacunas que pretende preencher ou as melhorias que deseja implementar. Sem essa explicação adicional, os leitores do projeto podem ficar confusos sobre a sua finalidade e aplicação, comprometendo a compreensão do texto.

Além disso, a justificativa deve **embasar o projeto de lei juridicamente e tecnicamente**, demonstrando como ele se enquadra nos princípios constitucionais, nas normas legais existentes e nas boas práticas legislativas. É importante que ela apresente fundamentos sólidos, tais como estudos, pesquisas, precedentes legais ou experiências de outros países, quando aplicável. Essa base técnica e jurídica contribui para a qualidade da legislação, garantindo sua consistência e validade.

A **transparência** é outro aspecto relevante proporcionado pela justificativa. Ela permite que os autores do projeto expliquem as razões pelas quais consideram a nova legislação necessária e benéfica. Isso promove a transparência no processo legislativo, uma vez que os parlamentares e a sociedade podem compreender o raciocínio e a lógica por trás da proposta.



PARECER N.º 130/2025 – ASSESSORIA JURÍDICA – CMS

A justificativa também estabelece uma **prestaçāo de contas** dos legisladores, uma vez que eles devem apresentar uma argumentação consistente e persuasiva para justificar a criação da nova lei.

Outro ponto importante é que a justificativa **delimita o alcance e o impacto do projeto** de lei. Ela deve explicar quais setores ou indivíduos serão afetados pela legislação proposta e de que maneira. Essa delimitação permite uma avaliação mais precisa dos possíveis efeitos e consequências da nova lei, auxiliando os parlamentares e outros interessados a analisarem os prós e contras da proposta de forma mais embasada.

Por fim, a justificativa serve como **subsídio para debates parlamentares** e possibilita que outros legisladores compreendam os argumentos por trás do projeto de lei. Ela também pode ser utilizada como referência para a apresentação de emendas ou modificações no texto, permitindo que os parlamentares proponham alterações embasadas e coerentes com as intenções originais do projeto.

Em resumo, a justificativa em um projeto de lei é essencial para proporcionar clareza, embasamento jurídico e técnico, transparência, prestação de contas e facilitar os debates legislativos. Ela contribui para a qualidade e eficácia da legislação, assegurando que as leis propostas sejam fundamentadas e compreendidas por todos os envolvidos no processo legislativo.

Dá análise concreta do projeto, verifica-se que, uma vez que apresenta fundamentação legal e justificativa de mérito adequada, em observância ao artigo 166, §2º, II, do Regimento Interno (RI) desta Casa de Leis, a justificativa está completa.

3.2. DA COMPETÊNCIA

Quanto a competência legiferante, considerar-se que a proposição encontra respaldo no que diz respeito à autonomia e à competência legislativa do Município, insculpidas no artigo 18 da Constituição Federal de 1988 (princípio federativo), que garante a autonomia a este ente, bem como em seu artigo 30, reconhecendo aos municípios a autoadministração e a autolegislação, contemplando o conjunto de competências materiais e legislativas previstas na Constituição Federal para os Municípios da seguinte forma:

Art. 30. Compete aos Municípios:



PARECER N.º 130/2025 – ASSESSORIA JURÍDICA – CMS

I – legislar sobre assuntos de interesse local;
II – suplementar a legislação federal e estadual no que couber;

Vale ressaltar que o Excelso Supremo Tribunal Federal vem interpretando o art. 30 da Constituição Federal de forma ampliativa, atribuindo aos municípios um rol de competências legislativas, de forma a se prestigiar, como regra geral, as iniciativas regionais e locais, a menos que ofendam norma expressa e da Constituição de 1988, o que não é o caso.

No mesmo sentido, também estabelece o art. 5º da Lei Orgânica do Município de Sarandi/PR o seguinte:

Art. 5º Compete privativamente ao Município de Sarandi:
I – legislar sobre assuntos de interesse local;
II – suplementar a legislação federal e estadual no que couber;

Dessa maneira, conclui-se que o projeto de Lei em análise obedece a competência legislativa do ente federativo Município.

3.3. DA INICIATIVA DO PROCESSO LEGISLATIVO

Reconhecida a competência legislativa, passa-se a análise da legitimidade de iniciativa do presente projeto de autoria do Vereador Aparecido Bianco. Sob o ponto de vista formal, cumpre observar que a regra é a de que a iniciativa das leis cabe a qualquer Vereador Municipal, ao Prefeito e aos Cidadãos, por força do art. 35, *caput*, da LOM.

No presente caso, trata-se de matéria de interesse geral da comunidade e não se encontra inserida nas hipóteses de iniciativa reservada ao Poder Executivo.

Portanto, a iniciativa legislativa é legítima, uma vez que está em conformidade com as normas constitucionais e infraconstitucionais, sendo adequada quanto à origem propositiva.

4. DESTINAÇÃO DE RECURSOS (ART. 3º)

O artigo 3º do Projeto de Lei dispõe que o Município poderá destinar recursos e apoio institucional para fomentar a adesão de cidadãos aos registros oficiais de doação de órgãos e tecidos. Contudo, a redação não especifica a **natureza dos recursos**, a **fonte orçamentária** nem os **valores estimados**, o que pode ensejar dúvidas quanto à execução da norma.

Nos termos da Constituição Federal (art. 167, I) e da Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 15 e art. 16 da LC 101/2000), toda despesa pública deve estar previamente autorizada em



PARECER N.º 130/2025 – ASSESSORIA JURÍDICA – CMS

lei orçamentária e vinculada a dotação específica. Assim, a previsão genérica de “destinar recursos” exige a complementação, com a devida **indicação da Secretaria Municipal de Saúde como unidade gestora**, bem como a inclusão dos gastos em **programa ou ação da Lei Orçamentária Anual (LOA)**, observadas as diretrizes do Plano Plurianual (PPA) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Dessa forma, recomenda-se a adequação do dispositivo, de modo a vincular a execução financeira ao orçamento municipal, garantindo segurança jurídica e observância ao princípio da legalidade orçamentária.

5. DA ISENÇÃO DE TAXAS FUNERÁRIAS

O Projeto de Lei nº 3.585/2025 prevê a concessão de **isenção das taxas e emolumentos relativos aos serviços funerários municipais** – tais como remoção e transporte do corpo, uso de sala de velório e sepultamento – quando houver doação de órgãos ou tecidos para fins de transplante por munícipes nascidos ou residentes em Sarandi até a data do óbito.

A medida constitui um **incentivo indireto à doação de órgãos**, alinhando-se ao interesse público e ao princípio da solidariedade social. Todavia, por se tratar de **renúncia de receita**, a proposta deve observar o disposto no **art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000)**, exigindo:

1. **Estimativa do impacto orçamentário-financeiro;**
2. **Demonstração de compatibilidade com as metas fiscais vigentes;**
3. **Indicação de fonte de compensação** para a eventual perda de arrecadação.

Embora o projeto estabeleça que os custos sejam suportados pelas taxas de outorga recolhidas pelas empresas funerárias, é necessária a complementação com **parecer técnico-financeiro do Executivo** que comprove a suficiência desses recursos e evite desequilíbrio orçamentário.

Assim, a **isenção é juridicamente possível e socialmente meritória**, desde que acompanhada dos instrumentos de responsabilidade fiscal e regulamentação adequada, assegurando que o benefício não comprometa a receita pública municipal.



PARECER N.º 130/2025 – ASSESSORIA JURÍDICA – CMS

6. DUPLICIDADE DE ANEXO I

Verifica-se no Projeto de Lei nº 3.585/2025 a existência de **duas previsões intituladas como “Anexo I”**: a primeira contendo o modelo de placa informativa a ser afixada em hospitais, unidades de saúde e serviço funerário; e a segunda trazendo documentos técnicos complementares, como relatórios do Sistema Nacional de Transplantes e plano estadual.

A duplicidade pode gerar **insegurança jurídica** e dificuldades de interpretação no momento da regulamentação e aplicação da lei, além de comprometer a técnica legislativa.

Recomenda-se a **reorganização e renumeração dos anexos**, de forma a evitar sobreposição, preservando a clareza do texto legal. Sugere-se que o modelo de placa seja mantido como **Anexo I**, enquanto os documentos técnicos e materiais complementares passem a constituir os **Anexos II, III, IV e V**, conforme já listados ao final da proposição.

7. DAS DESPESAS

As proposições legislativas, caso impliquem em despesas orçamentárias presentes ou futuras, devem respeitar as normas de responsabilidade fiscal preconizadas na Constituição Federal de 1988, que em seu Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), artigo 113, estabelece que "a proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro", bem como a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que em seu artigo 16 dispõe que:

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I – estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II – declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

A proposição em tela deve, portanto, ser detidamente avaliada perante as comissões competentes, em especial a Comissão de Orçamento e Finanças, quanto aos possíveis impactos orçamentários que venha a produzir, seara que refoge à análise jurídico-formal do projeto.

8. CONCLUSÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI
CNPJ 78.844.834/0001-70
Avenida Maringá, 660 – CEP 87111-000 – Sarandi – PR.
Fone: (44) -4009-1750
E-mail: camara@cms.pr.gov.br

PARECER N.º 130/2025 – ASSESSORIA JURÍDICA – CMS

À vista do exposto, conclui-se que o **Projeto de Lei nº 3.585/2025** apresenta mérito social relevante, pois promove a conscientização da população sobre a doação de órgãos e tecidos, alinhando-se ao interesse público e às competências constitucionais e legais atribuídas ao Município.

Entretanto, foram identificados **pontos que demandam adequação** para assegurar a plena constitucionalidade e legalidade da norma:

- Necessidade de **estimativa de impacto orçamentário-financeiro** e indicação da **fonte de custeio** quanto à isenção das taxas funerárias (art. 5º) e à destinação de recursos (art. 3º), em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal;
- Ajuste de técnica legislativa em razão da **duplicidade de Anexo I**, com a renumeração adequada dos anexos;
- Recomenda-se, ainda, que a regulamentação pelo Poder Executivo detalhe os procedimentos para comprovação e fruição dos benefícios previstos, garantindo clareza e efetividade da lei.

Com tais ressalvas e recomendações, **opina-se pela constitucionalidade, legalidade e regularidade formal da proposição**, podendo o Projeto prosseguir em sua tramitação legislativa.

Impende esclarecer que a opinião desta Assessoria não substitui os pareceres das Comissões Permanentes, que podem, inclusive, se contrapor a orientação exarada, porquanto essas são compostas pelos representantes do povo e constituem-se em manifestação efetivamente legítima do Poder Legislativo.

Ademais, a análise da oportunidade e a conveniência do Projeto compete aos Senhores Vereadores e Senhoras Vereadoras, enquanto o parecer jurídico se restringe única e exclusivamente a análise técnica.

É o parecer.

Sarandi/PR, 24 de outubro de 2025.



CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI
CNPJ 78.844.834/0001-70
Avenida Maringá, 660 – CEP 87111-000 – Sarandi – Pr.
Fone: (44) -4009-1750
E-mail: camara@cms.pr.gov.br

PARECER N.º 130/2025 – ASSESSORIA JURÍDICA – CMS

JOÃO LUCAS FIGUEIREDO DE LIMA
OAB/PR 110.039

Advogado da Câmara Municipal de Sarandi